

OENGER S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

OENGER S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas  
OENGER S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OENGER S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OENGER S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

# OENGER S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.345	1.177	Fornecedores		51	30
		1.345	1.177			51	30
<b>Não circulante</b>							
Sociedades do Grupo	5	90.619	90.619				
Impostos a recuperar		135	115				
Outros ativos		8	8				
		90.762	90.742	Patrimônio líquido			
				Capital social	7 (a)	194.420	194.088
				Prejuízos acumulados		(102.364)	(102.092)
						92.056	91.996
<b>Imobilizado</b>	6		107				
		90.762	90.849				
<b>Total do ativo</b>		<b>92.107</b>	<b>92.026</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>92.107</b>	<b>92.026</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	9	<u>(323)</u>	<u>(459)</u>
Prejuízo operacional		<u>(323)</u>	<u>(459)</u>
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	8	<u>51</u>	<u>15</u>
Prejuízo do exercício		<u>(272)</u>	<u>(444)</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	7 (b)	<u>(0,001)</u>	<u>(0,002)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2020		<u>193.088</u>	<u>(101.648)</u>	<u>91.440</u>
Aumento de capital	7 (a)	1.000		1.000
Prejuízo do exercício - R\$ (0,002) por ação do capital social			(444)	(444)
Em 31 de dezembro de 2021		<u>194.088</u>	<u>(102.092)</u>	<u>91.996</u>
Aumento de capital	7 (a)	332		332
Prejuízo do exercício - R\$ (0,001) por ação do capital social			(272)	(272)
Em 31 de dezembro de 2022		<u>194.420</u>	<u>(102.364)</u>	<u>92.056</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(272)	(444)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	6	107	233
Caixa aplicado nas operações		(165)	(211)
Variação nos ativos e passivos:			
Impostos a recuperar		(20)	15
Fornecedores		21	(61)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(164)	(257)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Parte relacionadas			
Recursos liberados			(1.019)
Aumento (redução) de capital	7 (a)	332	1.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		332	(19)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		168	(276)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.177	1.453
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	1.345	1.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## OENGER S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A OENGER S.A. ("OENGER S.A." ou "Companhia") é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor ("Grupo Novonor"), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a OEC S.A. ("OECSA") e indiretas a Odebrecht Holdco Finance Limited ("ODB Holdco") e Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("Odebrecht Engenharia"). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros, negócios relacionados à Engenharia e Construção, tais como: (i) planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração, ou outros admitidos; (ii) planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações e outros meios flutuantes; prestação de serviços de montagem, manutenção, conservação, reparação e operação de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; (iii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (iv) prestação de serviços administrativos ou técnicos; (v) realização de empreendimentos imobiliários urbanos e rurais; (vi) desenvolvimento de negócios ou participação de negócios em exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; (vii) investir, participar em licenças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; (viii) a prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, transporte, importação e exportação, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas; e (ix) participação em outras atividades.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023.

#### (a) Programa de Integridade

O Grupo OEC ("Grupo") possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial ao Grupo. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos do Grupo.

O Programa de Integridade da OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Em janeiro de 2023 houve eleição para o CA-OEC e a participação de independentes é de 50%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das áreas de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

## OENGER S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Os controles internos implementados no Grupo foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 6 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a CGU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2022 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados 9.502 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 154 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 44 ações de remediação, entre as quais, 15 demissões, 11 advertências verbais ou escritas aplicadas, 04 restrição ao fornecedor, 07 ações de treinamento/ comunicação, 05 melhorias de processo e 02 de cumprimento de obrigações; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, foram abertas 896 ações para teste e verificação de processos, 659 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 29 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 274 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado, e, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme abaixo:

### Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 16 (CPC 27), Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

## OENGER S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.2 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“*single transaction*”) – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

### 2.4 Sociedades do Grupo

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos pelo instrumento contratual “Contrato de conta corrente e gestão única de caixa”, firmado entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e não há incidência de encargos financeiros.



## OENGER S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 5 Sociedades do Grupo

O saldo de R\$ 90.619, refere-se a contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"), sem a incidência de encargos financeiros e com o vencimento em 2025.

### 6 Imobilizado

	<u>Máquinas e equipamentos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>340</u>
Depreciação	<u>(233)</u>
Saldo contábil	<u>107</u>
Custo	573
Depreciação acumulada	<u>(466)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>107</u>
Depreciação acumulada	<u>(107)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	<u>20</u>

### 7 Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 194.420 (31 de dezembro de 2021 R\$ R\$ 194.088), dividido em 194.420.094 (31 de dezembro de 2021 – 194.087.594) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

Em 08 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária redução de capital social da Companhia em R\$ 1.000, mediante cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal com devolução das respectivas participações para as acionistas da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital social da Companhia em R\$1.332, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital, com a emissão de 1.332.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## OENGER S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (b) Prejuízo por ação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(272)	(444)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>192.371</u>	<u>193.099</u>
Prejuízo por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>(0,001)</u>	<u>(0,002)</u>

### 8 Resultado financeiro, líquido

O Resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 51 (31 de dezembro de 2021 R\$ 15), composto, substancialmente, pela receita sobre equivalentes de caixa.

### 9 Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2022 são de R\$ (323) (31 de dezembro de 2021 R\$ (459)), compostas substancialmente por depreciações e aquisições de materiais de consumo.

### 10 Eventos subsequentes

#### Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF")

Em 8 de fevereiro de 2023, foram julgados no Supremo Tribunal Federal os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) sob o regime de repercussão geral, em que restou definido que decisões judiciais individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Empresa juntamente com seus assessores jurídicos avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, e concluiu que não resulta em impactos ou efeitos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

\* \* \*